

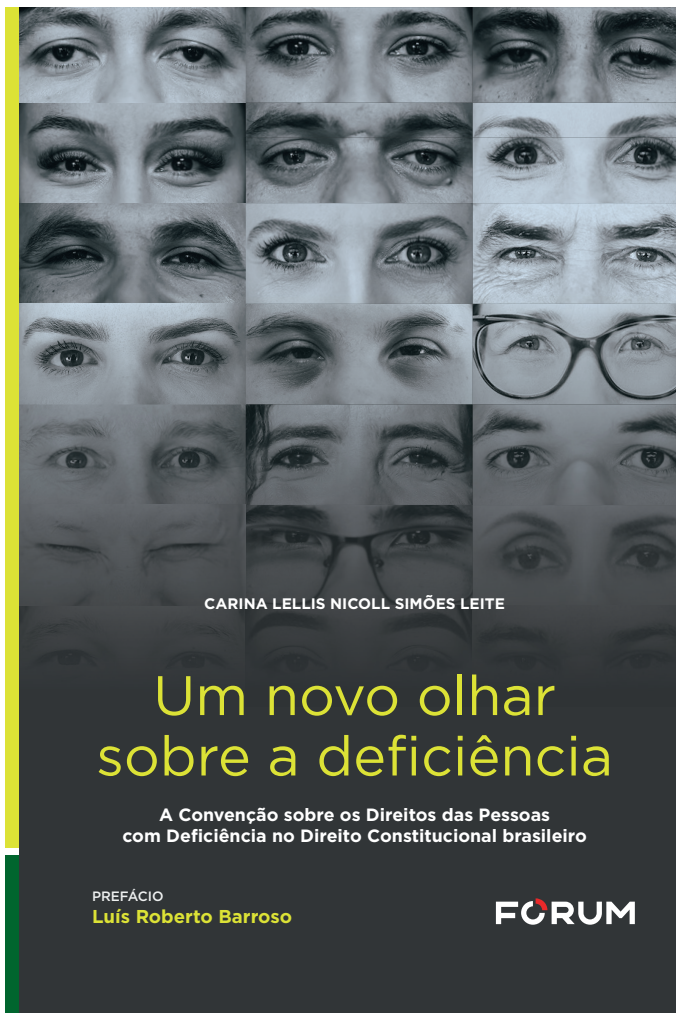
Carina Lellis Nicoll Simões Leite

Prefácio

Luís Roberto Barroso

UM NOVO OLHAR SOBRE A DEFICIÊNCIA

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência no Direito Constitucional brasileiro



O leitor é convidado a mergulhar na experiência de vida de pessoas com deficiência para, a partir do olhar delas, estudar e compreender o direito. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência foi o primeiro tratado de direitos humanos internalizado com a mesma hierarquia das emendas constitucionais. Só é possível entender tudo o que ela quer dizer, porém, ao se enxergar o mundo pelos olhos do dessas pessoas. Por isso, a autora conta diversas histórias, casos reais e dados oficiais em linguagem simples, como se estivesse conversando com o leitor e, a partir daí, desenvolve sua argumentação jurídica.

Área específica
DIREITO CONSTITUCIONAL

Áreas afins do livro
DIREITO DE PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA

Palavras-chave
PESSOAS COM DEFICIÊNCIA,
DISCRIMINAÇÃO,
CONVENÇÃO SOBRE OS
DIREITOS DAS PESSOAS
COM DEFICIÊNCIA,
DESIGUALDADE,
CAPACIDADEA

FORMATO: 14,5 x 21,5cm
CÓDIGO: 4184

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

L533u	Leite, Carina Lellis Nicoll Simões
	Um novo olhar sobre a deficiência: a convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência no direito constitucional brasileiro / Carina Lellis Nicoll Simões Leite. Belo Horizonte: Fórum, 2025.
	396 p. 14,5x21,5cm
	ISBN 978-65-5518-994-0
	ISBN digital 978-65-5518-992-6
	1. Pessoas com deficiência. 2. Discriminação. 3. Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência. 4. Desigualdade. 5. Capacidade. I. Título.
	CDD: 362.4
	CDU: 305.9

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

LEITE, Carina Lellis Nicoll Simões. *Um novo olhar sobre a deficiência: a convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência no direito constitucional brasileiro*. Belo Horizonte: Fórum, 2025. 396 p. ISBN 978-65-5518-994-0.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	21
Luís Roberto Barroso	
APRESENTAÇÃO	27
Izabel Maior	
INTRODUÇÃO	29
UMA NOTA SOBRE DEFICIÊNCIA E LINGUAGEM	43

PARTE I

A DEFICIÊNCIA COMO UMA FORMA DE VIVER A VIDA

CAPÍTULO 1

ELEMENTOS DE FATO: DEFICIÊNCIA E ESTIGMA	55
1.1 O ciclo vicioso entre deficiência e pobreza.....	57
1.2 Falta de acesso às estruturas básicas da sociedade.....	62
1.3 Falta de acesso à informação	70
1.4 Institucionalização	73
1.5 Luta antimanicomial.....	79
1.6 Maior probabilidade de sofrer todo tipo de abuso	90
1.7 Deficiência e envelhecimento	94
1.8 Capacitismo	97
1.9 Uma observação: a ineficiência econômica da exclusão.....	99
1.10 Conclusão parcial: deficiência e estigma	105

CAPÍTULO 2

ELEMENTOS HISTÓRICOS: A MOBILIZAÇÃO POLÍTICA DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	109
2.1 A participação do movimento de pessoas com deficiência na Assembleia Nacional Constituinte de 1988.....	110

2.2	A participação do movimento de pessoas com deficiência na negociação da Convenção	120
2.3	A imprescindibilidade da participação de pessoas com deficiência	125
2.4	Conclusão parcial: história, participação e deliberação	130

CAPÍTULO 3

ELEMENTOS TEÓRICOS: A DEFICIÊNCIA É UMA QUESTÃO

DE JUSTIÇA	133
3.1 Estudos da deficiência	134
3.1.1 Modelo individual.....	136
3.1.2 Modelo médico	138
3.1.3 Modelo social da deficiência.....	139
3.1.4 Modelo de direitos humanos e seus desdobramentos.....	146
3.1.5 Modelo biopsicossocial.....	148
3.2 A teoria das capacidades.....	150
3.3 A ética do cuidado.....	162
3.4 Justiça como redistribuição, reconhecimento e participação	167
3.5 Conclusão parcial: síntese dos instrumentos teóricos.....	173

ENCERRAMENTO DA PARTE I: A MUDANÇA DE OLHAR..... 177

PARTE II

A CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO DIREITO BRASILEIRO

II.1 Introdução	179
II.2 A Convenção no sistema constitucional de proteção à pessoa com deficiência.....	180

CAPÍTULO 4

A CONVENÇÃO E O CONCEITO DE DEFICIÊNCIA..... 187

4.1 Introdução	187
4.2 A deficiência na Convenção.....	190
4.2.1 Os conceitos de deficiência e de pessoa com deficiência.....	193
4.3 A incorporação do conceito de deficiência no direito brasileiro.....	202
4.3.1 A avaliação biopsicossocial.....	203
4.3.1.1 O Índice de Funcionalidade Brasileiro.....	205
4.3.2 O conceito de deficiência na jurisprudência do STF	219
4.4 Conclusão parcial: a deficiência e as barreiras do ambiente	222

CAPÍTULO 5

A CONVENÇÃO E A CAPACIDADE CIVIL DA PESSOA COM

DEFICIÊNCIA.....	225
5.1 Introdução	225
5.2 A capacidade jurídica e a defesa de direitos: um panorama do debate	227
5.3 A capacidade das pessoas com deficiência na Convenção	233
5.4 A incorporação da capacidade plena no direito civil brasileiro	242
5.4.1 A alteração do sistema de incapacidades	242
5.4.2 O processo de tomada de decisão apoiada.....	248
5.4.3 As repercussões da alteração do regime das incapacidades	250
5.4.4 Reflexão crítica	258
5.4.4.1 Capacitismo no direito.....	258
5.4.4.2 Direito, psiquiatria e capacidade civil.....	261
5.4.4.3 O sistema das incapacidades é uma forma de proteção?	269
5.4.5 A interpretação adequada do sistema de incapacidades	272
5.4.5.1 A capacidade e o princípio da dignidade humana	273
5.4.5.2 Interpretação constitucional: o sistema de incapacidades e a Convenção	278
5.4.5.3 A curatela como medida de apoio da pessoa com deficiência	280
5.4.5.4 A questão da internação.....	283
5.5 Conclusão parcial: capacidade, identidade e conquista de direitos	285

CAPÍTULO 6

A CONVENÇÃO E O DIREITO CONSTITUCIONAL

ANTIDISCRIMINATÓRIO	289
6.1 Introdução	289
6.2 Discriminação, a Convenção e o bloco de constitucionalidade	293
6.3 A discriminação na Convenção	301
6.3.1 Introdução	301
6.3.2 Discriminação direta e indireta	305
6.3.3 Os debates da ONU a respeito do conceito de discriminação	314
6.3.3.1 A negociação do conceito de discriminação	314
6.3.3.2 As orientações interpretativas das Nações Unidas a respeito de discriminação.....	319
6.3.3.3 A jurisprudência do Comitê CDPD a respeito de discriminação.....	325
6.3.4 O fortalecimento do direito antidiscriminatório no Brasil.....	326
6.3.4.1 ADIs nºs 5.437 e 6.590: educação inclusiva como promoção da igualdade	329
6.3.4.2 RE nº 1.237.867: cuidadores como destinatários de proteção.....	332

6.3.4.3 O STF, o BPC e a dimensão redistributiva da igualdade	334
6.4 Adaptação razoável.....	338
6.4.1 Introdução	338
6.4.2 Adaptação razoável e o combate ao estigma.....	341
6.4.3 Os debates da ONU a respeito da adaptação razoável.....	346
6.4.3.1 A negociação do texto da Convenção.....	346
6.4.3.2 As orientações interpretativas das Nações Unidas a respeito da adaptação razoável.....	347
6.4.4 A adaptação razoável e o combate à discriminação no Brasil.....	353
6.4.5 Adaptação razoável vs. princípio da proporcionalidade	355
6.5 Acessibilidade e desenho universal	361
6.5.1 Introdução	361
6.5.2 Acessibilidade e adaptação razoável: uma distinção.....	364
6.5.3 Acessibilidade	366
6.5.3.1 A posição preferencial do direito à acessibilidade	368
6.5.3.2 Acessibilidade e participação	373
6.5.4 Desenho universal.....	374
6.6 Conclusão parcial: não basta não discriminar, é preciso atitude antidiscriminatória	377
CAPÍTULO 7	
CONCLUSÃO	381
POSFÁCIO	385
REFERÊNCIAS	387